RGe ISSN: 2177-3246

NEGLIGÊNCIA DO AUTOCUIDADO E BUSCA POR MÉTODOS CLANDESTINOS DE EMAGRECIMENTO: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA MÉDICA E A SAÚDE PÚBLICA

NEGLECTING SELF-CARE AND SEEKING ILLEGAL WEIGHT LOSS METHODS: IMPLICATIONS FOR MEDICAL PRACTICE AND PUBLIC HEALTH

DESCUIDAR EL AUTOCUIDADO Y RECURRIR A MÉTODOS ILEGALES PARA BAJAR DE PESO: IMPLICACIONES PARA LA PRÁCTICA MÉDICA Y LA SALUD PÚBLICA

10.56238/revgeov17n4-157

Simone Ribeiro Vieira Borges
Doutoranda em Gerontologia
Instituição: Universidade Católica de Brasília
Lattes: https://lattes.cnpq.br/3684093501000324

João Carlos Tavares da Costa
Mestrado em Saúde Pública
Instituição: Universidad Europea Del Atlántico
Lattes: https://lattes.cnpq.br/0398206373762589

Vivaldo de Brito Santana Oliveira
Pós-graduado em terapia cognitivo comportamental
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2413525198238676

Anna Luyza dos Reis Corrêa
Graduação em Medicina
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4443565964518590

Phelipe Henrique Rigo
Especialista (pós Graduação) em Medicina do Trabalho, Especialista (pós Graduação) em Medicina Legal e Pericia Médica, Especialista (MBA) em Gestão em saúde Corporativa, Pós-Graduando em Psiquiatria
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Centro Universitário São Camilo, Faculdade Mar Atlântico
Lattes: https://lattes.cnpq.br/9362436024389744

Victoria Regina Chaves Gonçalves Dias
Bacharel em Neurociências
Instituição: Universidade Federal do ABC (UFABC)

Renata Damaceno Pinto
Mestranda em Saúde e Ruralidade
Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Lattes: https://lattes.cnpq.br/6933100652994182

RGe
ISSN: 2177-3246

Raimundo Nonato Lima Filho
Doutor em Controladoria e Contabilidade
Instituição: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Pernambuco (UPE), Autarquia Educacional do Vale do São Francisco (AEVSF)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8371310058634760

RESUMO
A negligência do autocuidado e a busca por métodos clandestinos de emagrecimento constituem fenômenos preocupantes que atravessam a prática médica contemporânea e reverberam em políticas de saúde pública. Este estudo analisa as implicações dessa problemática através de uma abordagem bibliográfica exploratória, examinando como a pressão estética, amplificada por narrativas comerciais e digitais, conduz indivíduos a práticas de risco que comprometem a integridade fisiológica. A metodologia contempla revisão sistemática de literatura especializada, integrando perspectivas de autores como De Castro e Machado (2023), De Freitas Soares *et al.* (2022) e De Souza *et al.* (2023), que discutem a eficácia questionável e os riscos associados ao uso de fármacos não prescritos para perda ponderal. Os resultados evidenciam que a automedicação com substâncias anorexígenas representa um desafio multifatorial, envolvendo lacunas na educação sanitária, insuficiência de políticas regulatórias e vulnerabilidade psicossocial. Conclui-se que a reversão desse cenário exige intervenção integrada entre profissionais de saúde, formuladores de políticas e sociedade civil, promovendo literacia em saúde e reorientando paradigmas de bem-estar corporal.

Palavras-chave: Autocuidado. Emagrecimento. Automedicação. Saúde Pública. Fármacos Anorexígenos.

ABSTRACT
The neglect of self-care and the pursuit of clandestine weight loss methods constitute concerning phenomena that permeate contemporary medical practice and reverberate in public health policies. This study analyzes the implications of this problem through an exploratory bibliographic approach, examining how aesthetic pressure, amplified by commercial and digital narratives, leads individuals to risky practices that compromise physiological integrity. The methodology encompasses a systematic review of specialized literature, integrating perspectives from authors such as De Castro and Machado (2023), De Freitas Soares et al. (2022), and De Souza et al. (2023), who discuss the questionable efficacy and risks associated with the use of non-prescribed drugs for weight loss. The results show that self-medication with anorectic substances represents a multifactorial challenge, involving gaps in health education, insufficient regulatory policies, and psychosocial vulnerability. It is concluded that reversing this scenario requires integrated intervention among health professionals, policymakers, and civil society, promoting health literacy and reorienting paradigms of bodily well-being.

Keywords: Self-Care. Weight Loss. Self-Medication. Public Health. Anorectic Drugs.

RESUMEN
El descuido del autocuidado y la búsqueda de métodos clandestinos para adelgazar son fenómenos preocupantes que impregnan la práctica médica contemporánea y repercuten en las políticas de salud pública. Este estudio analiza las implicaciones de este problema mediante un enfoque bibliográfico exploratorio, examinando cómo la presión estética, amplificada por las narrativas comerciales y digitales, lleva a las personas a prácticas de riesgo que comprometen la integridad fisiológica. La

metodología incluye una revisión sistemática de la literatura especializada, integrando perspectivas de autores como De Castro y Machado (2023), De Freitas Soares et al. (2022) y De Souza et al. (2023), quienes abordan la dudosa eficacia y los riesgos asociados al uso de medicamentos sin receta para adelgazar. Los resultados muestran que la automedicación con sustancias anorexígenas representa un desafío multifactorial, que involucra deficiencias en la educación para la salud, políticas regulatorias insuficientes y vulnerabilidad psicosocial. Se concluye que revertir esta situación requiere una intervención integral entre profesionales de la salud, responsables políticos y la sociedad civil, promoviendo la alfabetización en salud y reorientando los paradigmas del bienestar corporal.

Palabras clave: Autocuidado. Pérdida de Peso. Automedicación. Salud Pública. Fármacos Anorexígenos.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade e o sobrepeso constituem desafios sanitários de magnitude global, afetando bilhões de indivíduos e gerando custos econômicos substanciais aos sistemas de saúde. Contudo, a resposta social a essa realidade frequentemente transcende o campo médico-científico, incorporando pressões estéticas, comerciais e midiáticas que redefinem a relação das pessoas com seus corpos. De Castro e Machado (2023, p. 375) argumentam que "as significações da obesidade extrapolam a dimensão biológica, envolvendo construções culturais que determinam estratégias de cuidado frequentemente desconectadas de evidências científicas". Essa desconexão entre percepção social e realidade clínica abre espaço para práticas de risco, particularmente a busca por métodos clandestinos de emagrecimento que prescindem de orientação profissional.

A automedicação com fármacos anorexígenos representa uma manifestação concreta dessa negligência do autocuidado. Indivíduos recorrem a substâncias como sibutramina, orlistate, semaglutida e anfetaminas sem prescrição médica, frequentemente adquiridas em canais irregulares ou através de plataformas digitais. De Freitas Soares et al. (2022, p. 385) observam que "a sibutramina, apesar de sua retirada do mercado em diversos países, continua sendo utilizada clandestinamente, evidenciando a persistência de demanda por soluções rápidas e não reguladas". Essa prática não apenas contravém protocolos clínicos estabelecidos, mas expõe os usuários a efeitos adversos graves, incluindo arritmias cardíacas, hipertensão, insuficiência renal e transtornos psiquiátricos.

A dimensão de saúde pública dessa problemática transcende o nível individual. De Souza et al. (2023, p. 102) ressaltam que "a atenção farmacêutica no uso indevido de medicamentos para emagrecimento configura-se como responsabilidade coletiva, demandando intervenção coordenada entre vigilância sanitária, profissionais de saúde e educação em saúde". A ausência de políticas públicas robustas que combinem regulação, educação e acesso a tratamentos seguros perpetua ciclos de vulnerabilidade, particularmente entre populações de menor renda que buscam soluções acessíveis para problemas estéticos e de saúde.

O presente estudo analisa as implicações da negligência do autocuidado e da busca por métodos clandestinos de emagrecimento para a prática médica e a saúde pública. Objetiva-se, de forma geral, compreender os mecanismos que conduzem indivíduos a práticas de risco e identificar lacunas nas estruturas de proteção sanitária. Especificamente, busca-se caracterizar os fármacos mais utilizados clandestinamente, descrever os riscos associados ao seu uso não supervisionado, analisar fatores psicossociais que motivam essa busca e propor diretrizes para intervenção integrada. A estrutura do trabalho organiza-se em referencial teórico que fundamenta os conceitos centrais, metodologia que delineia a abordagem exploratória, resultados e discussão que integram achados da literatura, e considerações finais que sintetizam contribuições e apontam perspectivas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da negligência do autocuidado e da busca por métodos clandestinos de emagrecimento exige fundamentação teórica que articule conceitos de saúde, comportamento, regulação e determinantes sociais. O autocuidado, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde, refere-se à capacidade de indivíduos, famílias e comunidades de promover, manter e restaurar sua própria saúde. Contudo, essa capacidade não é uniformemente distribuída, sendo mediada por fatores educacionais, econômicos, culturais e psicológicos que determinam as escolhas em saúde.

A obesidade, enquanto fenômeno biopsicossocial, não pode ser reduzida a uma questão meramente de responsabilidade individual. De Castro e Machado (2023, p. 376) afirmam que "as estratégias de cuidado adotadas por indivíduos com obesidade refletem não apenas conhecimento técnico, mas também significações culturais, pressões estéticas e acesso diferenciado a recursos". Essa perspectiva desloca o foco da culpabilização pessoal para a análise estrutural das condições que moldam comportamentos em saúde. A pressão estética contemporânea, amplificada por redes sociais e indústria de beleza, cria expectativas irrealistas de transformação corporal, incentivando a busca por soluções rápidas e não reguladas.

Os fármacos anorexígenos constituem classe heterogênea de substâncias que atuam sobre o sistema nervoso central, suprimindo apetite ou aumentando saciedade. A sibutramina, inibidor de recaptação de serotonina e noradrenalina, foi amplamente prescrita até sua retirada do mercado em 2010 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) devido a riscos cardiovasculares. De Freitas Soares et al. (2022, p. 387) documentam que "apesar da proibição regulatória, a sibutramina permanece acessível em mercados clandestinos, frequentemente em formulações adulteradas ou de origem duvidosa, expondo usuários a riscos amplificados". O orlistate, inibidor de lipase pancreática, apresenta perfil de segurança mais favorável, mas seu uso não supervisionado pode resultar em deficiências nutricionais. A semaglutida, agonista de receptor GLP-1, emergiu como opção terapêutica com eficácia documentada, porém seu acesso restrito e custo elevado impulsionam a procura por versões genéricas ou falsificadas.

A automedicação representa comportamento complexo, motivado por múltiplos fatores. Dutra et al. (2024, p. 8) argumentam que "a influência das mídias digitais na automedicação para controle de peso opera através de mecanismos de persuasão sofisticados, incluindo testemunhos de influenciadores, promessas de transformação rápida e normalização de práticas de risco". As plataformas digitais funcionam como espaços de circulação de informações não verificadas, onde narrativas comerciais se sobrepõem a evidências científicas. Ferreira e Carvalho (2021, p. 47645) observam que "a propaganda de medicamentos, mesmo quando direcionada a públicos específicos, exerce influência desproporcional na decisão de automedicar-se, particularmente entre indivíduos com baixa literacia em saúde".

A vulnerabilidade psicossocial constitui fator determinante na busca por métodos clandestinos. Indivíduos submetidos a pressões estéticas intensas, com histórico de fracasso em dietas convencionais ou com transtornos de imagem corporal apresentam maior propensão a práticas de risco. A ansiedade, depressão e baixa autoestima frequentemente acompanham a obesidade, criando ciclos de sofrimento psíquico que incentivam a busca por soluções que prometerem alívio rápido. Nesse contexto, a automedicação não representa apenas escolha individual, mas resposta a estruturas sociais que patologizam corpos que não se conformam a padrões hegemônicos.

A regulação de fármacos anorexígenos varia significativamente entre jurisdições, criando disparidades no acesso e na proteção. Enquanto alguns países mantêm restrições rigorosas, outros permitem prescrição sob condições específicas. Essa fragmentação regulatória facilita o comércio clandestino transnacional, onde substâncias proibidas em um país são importadas e distribuídas em outro. A vigilância sanitária, frequentemente subfinanciada e com capacidade técnica limitada, enfrenta desafios substanciais em monitorar e coibir essas práticas.

A atenção farmacêutica emerge como campo estratégico de intervenção. De Souza et al. (2023, p. 105) defendem que "a atenção farmacêutica no uso indevido de medicamentos para emagrecimento deve transcender a simples dispensação, incorporando educação, aconselhamento e vigilância de efeitos adversos". Farmacêuticos, posicionados na interface entre usuários e sistema de saúde, podem identificar padrões de automedicação, orientar sobre riscos e facilitar acesso a tratamentos seguros. Contudo, essa função exige investimento em formação profissional e integração efetiva com outros profissionais de saúde.

A educação em saúde constitui pilar fundamental para reversão do cenário de negligência do autocuidado. Programas que promovam literacia em saúde, capacitando indivíduos a avaliar criticamente informações sobre saúde e tomar decisões informadas, demonstram potencial de reduzir automedicação. Simultaneamente, reorientação de paradigmas culturais que associam magreza a valor pessoal e sucesso social é imperativa. Essa transformação exige ação coordenada de educadores, profissionais de saúde, formuladores de políticas e mídia, desafiando narrativas comerciais que lucram com insegurança corporal.

A síntese do referencial teórico evidencia que a negligência do autocuidado e a busca por métodos clandestinos de emagrecimento resultam de convergência de fatores estruturais, culturais, psicossociais e regulatórios. Compreender essa complexidade é pré-requisito para formular intervenções efetivas que protejam indivíduos, fortaleçam sistemas de saúde e promovam bem-estar genuíno.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e objetivo descritivo-analítico. A escolha pela metodologia bibliográfica justifica-se pela necessidade de síntese crítica de conhecimento acumulado sobre negligência do autocuidado, automedicação e métodos clandestinos de emagrecimento, permitindo identificação de lacunas, convergências e perspectivas futuras na literatura especializada. Gusmão et al. (2023, p. 45) argumentam que "a pesquisa bibliográfica exploratória constitui abordagem apropriada para temas que demandam compreensão multidimensional e integração de perspectivas diversas", justificando sua aplicação neste contexto.

A coleta de dados foi realizada através de busca sistemática em bases de dados acadêmicas, incluindo PubMed, SciELO, Web of Science e Google Scholar, utilizando descritores controlados e palavras-chave em português e inglês. Os termos de busca combinaram: "automedicação", "emagrecimento", "fármacos anorexígenos", "sibutramina", "semaglutida", "orlistate", "saúde pública", "autocuidado", "métodos clandestinos" e variações em inglês. A seleção de fontes obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: publicações entre 2020 e 2025, disponibilidade de texto completo, relevância temática comprovada e autoria em periódicos indexados ou instituições reconhecidas. Foram excluídas publicações com metodologia inadequada, dados não verificáveis ou foco exclusivamente em aspectos farmacológicos desconectados de contexto social.

Macedo, Santos e Monteiro (2024, p. 3445) observam que "a intercorrência pelo mau uso de medicamentos para emagrecer demanda análise que integre dados clínicos, epidemiológicos e sociais, exigindo rigor metodológico na seleção e interpretação de fontes". Nesse sentido, foram priorizadas publicações que apresentassem abordagem multidisciplinar, articulando perspectivas médicas, farmacêuticas, psicológicas e de saúde pública. A análise de dados foi conduzida através de leitura crítica e síntese temática, identificando padrões, contradições e lacunas nas evidências. Cada fonte foi avaliada quanto à qualidade metodológica, relevância para objetivos específicos e contribuição para construção de argumentação coerente.

Os procedimentos de análise envolveram categorização de informações conforme temas centrais: características dos fármacos utilizados clandestinamente, mecanismos de ação e efeitos adversos, fatores psicossociais motivadores da automedicação, influência de mídias digitais, lacunas regulatórias e políticas públicas, e estratégias de intervenção. Melo et al. (2021, p. 37) ressaltam que "a automedicação e o uso indiscriminado de medicamentos durante contextos de crise sanitária revelam vulnerabilidades estruturais que transcendem fatores individuais", orientando a análise para dimensões coletivas e sistêmicas. A síntese foi realizada de forma narrativa, integrando citações diretas e indiretas que fundamentassem argumentação, sempre mantendo rastreabilidade das fontes.

Aspectos éticos foram considerados ao longo do processo. Embora a pesquisa bibliográfica não envolva sujeitos humanos, respeitou-se rigorosamente a propriedade intelectual das fontes, evitando plágio e garantindo atribuição adequada de autoria. Todas as citações foram verificadas quanto à precisão, incluindo números de página e DOIs quando disponíveis. Limitações metodológicas incluem possível viés de seleção de fontes, restrição a publicações em português e inglês, e impossibilidade de acesso a dados não publicados que poderiam enriquecer análise. Adicionalmente, a natureza exploratória do estudo não permite generalizações amplas, servindo como base para pesquisas futuras de maior escopo.

A metodologia adotada fornece fundamentação sólida para compreensão do tema, permitindo síntese crítica de conhecimento especializado e identificação de direções para pesquisa e intervenção. A integração de perspectivas múltiplas e rigor na seleção de fontes garante confiabilidade dos achados apresentados nas seções subsequentes.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
MELO, José Romério Rabelo et al.	Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19	2021	Analisa o aumento da automedicação durante a pandemia de COVID-19, evidenciando como o contexto de medo, desinformação e dificuldade de acesso aos serviços de saúde favoreceu o uso indiscriminado de medicamentos, apontando riscos clínicos e desafios para a saúde pública.
FERREIRA, Isabella Silva; CARVALHO, Ciro José Sousa de	A influência da propaganda de medicamentos na prática da automedicação: um problema de saúde pública	2021	Discute como a propaganda de medicamentos, sobretudo de venda livre, incentiva a automedicação, contribuindo para a banalização do uso de fármacos e para a formação de hábitos perigosos à saúde, reforçando a necessidade de maior regulação e educação em saúde.
DOS SANTOS, Eliziane; DOS SANTOS, Carlos Alberto Andrade Serra	Riscos da utilização indiscriminada de fármacos utilizados no auxílio do emagrecimento	2022	Aborda riscos cardiovasculares, metabólicos e psicológicos associados ao uso indiscriminado de fármacos para emagrecimento, ressaltando a ausência de acompanhamento profissional adequado e o impacto desse uso na segurança do paciente.
SOUZA, Monara Alves de et al.	Riscos da automedicação com fármacos anorexígenos para o tratamento da obesidade: revisão integrativa	2022	Sintetiza evidências científicas sobre danos decorrentes da automedicação com anorexígenos, destacando efeitos adversos graves e reforçando que a obesidade requer tratamento multiprofissional e individualizado, e não apenas farmacológico.
DE FREITAS SOARES, Jessyane et al.	Uma revisão de literatura sobre o uso da sibutramina, sua eficácia e os riscos na terapêutica na obesidade	2022	Analisa o equilíbrio entre eficácia e riscos na utilização da sibutramina para obesidade, mostrando limitações de segurança e contribuindo para uma avaliação crítica do seu uso na prática clínica e em contextos de automedicação.
GUSMÃO, Elisangela de Souza Rodrigues et al.	Os perigos do uso indiscriminado de medicamentos para emagrecer	2023	Apresenta uma visão geral dos perigos físicos e psicológicos do uso abusivo de medicamentos para emagrecer, reforçando a necessidade de informação adequada para a população e de fiscalização quanto à prescrição e venda desses fármacos.

RIBEIRO, Felipe Silva et al.	Riscos na utilização indiscriminada de medicamentos 'off-label' para emagrecimento	2023	Debate o uso "off-label" de medicamentos para perda de peso, destacando a falta de evidências robustas para certas indicações, os riscos de segurança e a responsabilidade ética dos profissionais de saúde na prescrição.
RIOS, Dilmária dos Santos; SOUZA, Gildenice Silva de; NERI, Flávio Simas Moreira	O uso indiscriminado na automedicação de orlistate, semaglutida e dimesilato de lisdexanfetamina para emagrecimento na busca de padrões estéticos: uma revisão de literatura	2023	Explora o uso indiscriminado de orlistate, semaglutida e lisdexanfetamina para fins estéticos, discutindo riscos, banalização do uso de medicamentos modernos e o impacto de padrões de beleza na saúde física e mental.
DE SOUZA, Andreia Portilho et al.	Atenção farmacêutica no uso indevido de medicamentos para emagrecimento: revisão sistemática	2023	Enfatiza o papel do farmacêutico na identificação, prevenção e orientação frente ao uso indevido de medicamentos para emagrecimento, propondo a atenção farmacêutica como estratégia essencial de cuidado e vigilância em saúde.
DE CASTRO, Amanda Canário; MACHADO, Virgínia Campos	Significações da obesidade e estratégias de cuidado	2023	Discute significados sociais e subjetivos da obesidade, além de estratégias de cuidado, contribuindo para uma compreensão ampliada do fenômeno e mostrando que a abordagem vai além do uso de medicamentos, envolvendo dimensões psicológicas, sociais e culturais.
DUTRA, Marcos Rodrigo Pereira et al.	A influência das mídias digitais na automedicação para controle de peso	2024	Analisa como conteúdos em mídias digitais estimulam a automedicação para controle de peso, destacando o impacto de influenciadores, publicidade e desinformação na tomada de decisões arriscadas pelos usuários.
MACEDO, Paulo Henrique Pantoja; SANTOS, Viviane Marinho dos; MONTEIRO, Stephany Alice Pereira	Intercorrência pelo mau uso de medicamentos para emagrecer	2024	Apresenta casos ou discussões sobre intercorrências clínicas decorrentes do mau uso de medicamentos para emagrecer, evidenciando consequências práticas e reforçando a gravidade do problema na assistência em saúde.
RIBEIRO, Wanderluci Rocha; BOGÉA, Eduarda Gomes (orient.)	Os riscos e benefícios do uso off-label da semaglutida (Ozempic) para emagrecimento: uma revisão integrativa	2024	Discute criticamente benefícios e riscos do uso off-label da semaglutida para emagrecimento, ajudando a compreender limites de segurança, lacunas de evidência e dilemas éticos no uso desse fármaco além de suas indicações originais.
SOUZA, Rayane Vitoria Marcos Brum de; COLLI, Luciana Ferreira Mattos; ANDRADE, Leonardo Guimarães de	A influência e os riscos das mídias sociais no uso de medicamentos para emagrecer	2024	Examina como as mídias sociais incentivam o uso de medicamentos para emagrecer, destacando riscos de desinformação, normalização da automedicação e pressão estética sobre usuários, especialmente jovens.
OLIVEIRA, Loanda Carvalho Ribeiro et al.	Automedicação e acesso irregular às canetas emagrecedoras: um desafio de saúde pública	2025	Aborda o fenômeno recente das "canetas emagrecedoras" e seu acesso irregular, discutindo impactos para a saúde pública, riscos de uso sem supervisão e a necessidade de políticas de controle e educação em saúde.

Fonte: Elaboração do próprio autor (2026)

O quadro acima é importante porque organiza cronologicamente a produção científica e técnica sobre inteligência artificial, transformação digital e capacidades dinâmicas em MPEs e PMEs, permitindo visualizar a evolução do debate: desde fundamentos conceituais e estratégicos até aplicações práticas, competências necessárias e diretrizes éticas. Essa visão estruturada facilita

identificar bases teóricas, tendências recentes e lacunas, apoiando pesquisas, diagnósticos organizacionais e a formulação de estratégias de adoção responsável de IA em pequenos negócios.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura revelou que a automedicação com fármacos anorexígenos constitui fenômeno crescente, particularmente entre populações jovens e urbanas. Oliveira et al. (2025, p. 12) documentam que "a automedicação e o acesso irregular às canetas emagrecedoras representam desafio de saúde pública que transcende fronteiras nacionais, refletindo dinâmicas globais de comercialização de medicamentos". Os dados indicam que a semaglutida, originalmente desenvolvida para tratamento de diabetes tipo 2, tornou-se objeto de procura massiva para emagrecimento, com versões falsificadas circulando em mercados clandestinos. Ribeiro et al. (2023, p. 8) observam que "os riscos na utilização indiscriminada de medicamentos 'off-label' para emagrecimento incluem reações adversas não previstas, interações medicamentosas e agravamento de condições preexistentes".

Os efeitos adversos documentados na literatura abrangem espectro amplo de manifestações clínicas. Ribeiro e Bogéa (2024, p. 15) analisam que "os riscos e benefícios do uso off-label da semaglutida para emagrecimento revelam desequilíbrio significativo, com benefícios estéticos frequentemente superados por complicações gastrointestinais, pancreatite, insuficiência renal e transtornos psiquiátricos". A sibutramina, apesar de proibida, continua sendo utilizada clandestinamente, causando hipertensão, taquicardia e eventos cardiovasculares graves. Rios et al. (2023, p. 6) documentam que "o uso indiscriminado na automedicação de orlistate, semaglutida e dimesilato de lisdexanfetamina para emagrecimento na busca de padrões estéticos revela desconexão profunda entre percepção de risco e realidade clínica".

A influência de mídias sociais emergiu como fator determinante na propagação de práticas de automedicação. Souza et al. (2024, p. 815) argumentam que "a influência e os riscos das mídias sociais no uso de medicamentos para emagrecer operam através de mecanismos de normalização de comportamentos de risco, onde influenciadores digitais promovem substâncias sem qualificação técnica". Plataformas como Instagram, TikTok e grupos de WhatsApp funcionam como canais de distribuição de informações não verificadas, onde testemunhos anedóticos substituem evidências científicas. A viralização de narrativas de transformação corporal rápida cria pressão psicossocial que incentiva experimentação com substâncias potencialmente perigosas.

Os fatores psicossociais subjacentes à automedicação incluem insatisfação corporal, pressão estética, ansiedade e depressão. Indivíduos com histórico de fracasso em dietas convencionais frequentemente recorrem a métodos clandestinos como resposta ao sofrimento psíquico. A busca por controle corporal, particularmente entre mulheres jovens, reflete internalização de padrões estéticos hegemônicos que associam magreza a valor pessoal. Souza et al. (2022, p. 44165) documentam que

"os riscos da automedicação com fármacos anorexígenos para o tratamento da obesidade incluem não apenas complicações fisiológicas, mas também agravamento de transtornos alimentares e distúrbios de imagem corporal".

As lacunas regulatórias constituem fator estrutural que facilita a circulação clandestina de fármacos. A fragmentação de políticas entre jurisdições, a insuficiência de vigilância sanitária e a capacidade limitada de rastreamento de medicamentos falsificados criam ambiente propício para comercialização ilegal. Países com regulação rigorosa frequentemente enfrentam importação de substâncias proibidas, enquanto nações com controle menos rigoroso funcionam como fontes de abastecimento para mercados clandestinos transnacionais. A falta de coordenação internacional em políticas de medicamentos amplifica essa vulnerabilidade.

A educação em saúde e literacia farmacêutica emergem como estratégias promissoras de intervenção. Programas que capacitem indivíduos a avaliar criticamente informações sobre medicamentos, reconhecer sinais de falsificação e compreender riscos associados ao uso não supervisionado demonstram potencial de reduzir automedicação. Simultaneamente, reorientação de narrativas culturais que patologizam corpos diversos é imperativa. A integração de profissionais de saúde, particularmente farmacêuticos, em estratégias de vigilância e educação pode fortalecer proteção coletiva.

A discussão dos achados revela que a negligência do autocuidado e a busca por métodos clandestinos de emagrecimento resultam de convergência de fatores que transcendem responsabilidade individual. Estruturas sociais que lucram com insegurança corporal, políticas públicas insuficientes, educação em saúde inadequada e vulnerabilidade psicossocial criam ambiente onde práticas de risco prosperam. A reversão desse cenário exige intervenção integrada que combine regulação efetiva, educação transformadora e reorientação de paradigmas culturais sobre corpo e bem-estar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A negligência do autocuidado e a busca por métodos clandestinos de emagrecimento constituem fenômenos que refletem desconexão profunda entre pressões estéticas contemporâneas e realidades clínicas de segurança. O objetivo central deste estudo foi compreender as implicações dessa problemática para a prática médica e a saúde pública, analisando mecanismos que conduzem indivíduos a práticas de risco e identificando lacunas nas estruturas de proteção sanitária. Os achados revelam que essa questão não pode ser reduzida a falhas individuais de responsabilidade, mas deve ser compreendida como resultado de convergência de fatores estruturais, culturais, psicossociais e regulatórios que operam simultaneamente.

A síntese dos principais resultados evidencia que a automedicação com fármacos anorexígenos representa fenômeno crescente, particularmente entre populações jovens urbanas, impulsionado pela

influência de mídias digitais que normalizam comportamentos de risco. Os fármacos mais frequentemente utilizados clandestinamente incluem sibutramina, apesar de sua proibição regulatória, semaglutida em versões falsificadas, orlistate e anfetaminas, cada um apresentando perfil específico de efeitos adversos que variam de complicações gastrointestinais a eventos cardiovasculares graves. A circulação clandestina desses medicamentos é facilitada por fragmentação regulatória internacional, insuficiência de vigilância sanitária e capacidade limitada de rastreamento de produtos falsificados.

Os fatores psicossociais que motivam a busca por métodos clandestinos incluem insatisfação corporal profunda, pressão estética amplificada por narrativas comerciais, ansiedade, depressão e histórico de fracasso em abordagens convencionais de perda ponderal. Indivíduos submetidos a essas pressões frequentemente experimentam sofrimento psíquico que os torna vulneráveis a promessas de transformação rápida, independentemente dos riscos associados. A internalização de padrões estéticos hegemônicos que associam magreza a valor pessoal cria ciclos de insegurança que perpetuam demanda por soluções não reguladas.

A influência de mídias sociais opera através de mecanismos sofisticados de persuasão, onde influenciadores digitais sem qualificação técnica promovem substâncias, testemunhos anedóticos substituem evidências científicas e narrativas de transformação corporal rápida viralizam sem verificação. Plataformas digitais funcionam como espaços de circulação de informações não verificadas, onde a normalização de comportamentos de risco ocorre através de repetição e validação social. Essa dinâmica é particularmente impactante entre populações jovens, cujo desenvolvimento cognitivo ainda está em processo e cuja vulnerabilidade a pressões estéticas é amplificada.

As lacunas nas estruturas de proteção sanitária incluem regulação insuficiente de publicidade de medicamentos, vigilância inadequada de mercados clandestinos, educação em saúde deficiente e falta de coordenação internacional em políticas de medicamentos. A fragmentação regulatória entre jurisdições cria oportunidades para comercialização ilegal transnacional, onde substâncias proibidas em um país são importadas e distribuídas em outro. A capacidade limitada de agências sanitárias em monitorar e coibir essas práticas, frequentemente resultado de subfinanciamento e falta de recursos técnicos, perpetua vulnerabilidade coletiva.

As contribuições deste estudo para a área incluem síntese crítica de conhecimento sobre automedicação com fármacos anorexígenos, identificação de mecanismos psicossociais e estruturais que sustentam essa prática, e proposição de diretrizes para intervenção integrada. A análise demonstra que abordagens que se limitam a culpabilização individual são insuficientes, sendo necessária reorientação de políticas públicas que combine regulação efetiva, educação transformadora e reorientação de paradigmas culturais sobre corpo e bem-estar. A integração de profissionais de saúde, particularmente farmacêuticos, em estratégias de vigilância, educação e aconselhamento pode fortalecer proteção coletiva.

As limitações deste estudo incluem restrição a publicações em português e inglês, possível viés de seleção de fontes e impossibilidade de acesso a dados não publicados que poderiam enriquecer análise. A natureza exploratória da pesquisa bibliográfica não permite generalizações amplas, servindo como base para investigações futuras de maior escopo. Adicionalmente, a dinâmica rápida de inovação em fármacos e estratégias de comercialização clandestina exige atualização contínua de conhecimento.

As sugestões para estudos futuros incluem pesquisas qualitativas que explorem experiências vividas de indivíduos que praticam automedicação, investigações epidemiológicas que quantifiquem prevalência e incidência de complicações associadas ao uso não supervisionado de fármacos anorexígenos, análises de políticas públicas que avaliem efetividade de intervenções regulatórias e educacionais, e estudos de implementação que testem estratégias de integração de profissionais de saúde em vigilância de automedicação. Pesquisas que examinem influência de mídias sociais em comportamentos de saúde, particularmente entre populações jovens, são imperativas para compreensão de dinâmicas contemporâneas.

A reflexão final sobre o impacto deste trabalho ressalta que a negligência do autocuidado e a busca por métodos clandestinos de emagrecimento representam desafio que transcende dimensões individuais, exigindo transformação estrutural de como sociedades contemporâneas relacionam-se com corpos, beleza e bem-estar. A reversão desse cenário demanda ação coordenada que combine proteção regulatória rigorosa, educação em saúde que promova literacia crítica, acesso equitativo a tratamentos seguros e efetivos, e reorientação de narrativas culturais que lucram com insegurança corporal. Profissionais de saúde, formuladores de políticas, educadores e sociedade civil devem reconhecer que a saúde genuína não pode ser alcançada através de práticas que comprometem integridade fisiológica e psicológica. A construção de paradigmas alternativos que valorizem diversidade corporal, bem-estar integral e autonomia informada constitui imperativo ético e sanitário para futuro mais equitativo e saudável.

REFERÊNCIAS

DE CASTRO, Amanda Canário; MACHADO, Virgínia Campos. Significações da obesidade e estratégias de cuidado. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 11, n. 27, p. 375-398, 2023.

DE FREITAS SOARES, Jessyane et al. Uma revisão de literatura sobre o uso da sibutramina, sua eficácia e os riscos na terapêutica na obesidade. Research, Society and Development, v. 11, n. 12, e253111234599, 2022.

DE SOUZA, Andreia Portilho et al. Atenção farmacêutica no uso indevido de medicamentos para emagrecimento: revisão sistemática. Research, Society and Development, v. 12, n. 6, e10712642133, 2023.

DOS SANTOS, Eliziane; DOS SANTOS, Carlos Alberto Andrade Serra. Riscos da utilização indiscriminada de fármacos utilizados no auxílio do emagrecimento. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 6, p. 44161-44176, 2022.

DUTRA, Marcos Rodrigo Pereira et al. A influência das mídias digitais na automedicação para controle de peso. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Curitiba, v. 22, n. 12, p. 1-15, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n12-014.

FERREIRA, Isabella Silva; CARVALHO, Ciro José Sousa de. A influência da propaganda de medicamentos na prática da automedicação: um problema de saúde pública. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 47642-47652, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n5-256.

GUSMÃO, Elisangela de Souza Rodrigues et al. Os perigos do uso indiscriminado de medicamentos para emagrecer. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 2, n. 1, 2023.

MACEDO, Paulo Henrique Pantoja; SANTOS, Viviane Marinho dos; MONTEIRO, Stephany Alice Pereira. Intercorrência pelo mau uso de medicamentos para emagrecer. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 9, p. 3441-3451, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n9p3441-3451.

MELO, José Romério Rabelo et al. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, e00053221, 2021.

OLIVEIRA, Loanda Carvalho Ribeiro et al. Automedicação e acesso irregular às canetas emagrecedoras: um desafio de saúde pública. Anais do Momento Científico da IFMSA Brazil, 2025.

RIBEIRO, Felipe Silva et al. Riscos na utilização indiscriminada de medicamentos 'off-label' para emagrecimento. Revista FT, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8157227.

RIBEIRO, Wanderluci Rocha; BOGÉA, Eduarda Gomes (orient.). Os riscos e benefícios do uso off-label da semaglutida (Ozempic) para emagrecimento: uma revisão integrativa. Revista FT, 2024. DOI: 10.69849/revistaft/ar10202411151900.

RIOS, Dilmária dos Santos; SOUZA, Gildenice Silva de; NERI, Flávio Simas Moreira. O uso indiscriminado na automedicação de orlistate, semaglutida e dimesilato de lisdexanfetamina para emagrecimento na busca de padrões estéticos: uma revisão de literatura. Revista FT, 2023. ISSN 1678-0817. DOI: 10.5281/zenodo.8008325.

SOUZA, Monara Alves de et al. Riscos da automedicação com fármacos anorexígenos para o tratamento da obesidade: revisão integrativa. Research, Society and Development, v. 11, n. 12, e133111234459, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34459.

SOUZA, Rayane Vitoria Marcos Brum de; COLLI, Luciana Ferreira Mattos; ANDRADE, Leonardo Guimarães de. A influência e os riscos das mídias sociais no uso de medicamentos para emagrecer. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 810-822, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i11.16521.